

Por que a COP 15 é importante para o Brasil

Menos famosa que a COP do Clima, a COP da Biodiversidade ganha peso em especial para países megadiversos que esperam ser beneficiados financeiramente pelas ações de conservação de ecossistemas

Mais nichada e menos conhecida do que a Conferência do Clima, a Conferência da Biodiversidade começa a ganhar um novo status. Isso porque a necessidade de se conservar a natureza, seus recursos, formas de vida e as inter-relações entre elas tem se tornado tão evidente e crescente quanto a de se enfrentar as mudanças climáticas.

Assim como a Conferência do Clima, a de diversidade biológica, ou simplesmente, biodiversidade, também é chamada de COP - sigla em inglês para Conferência das Partes (*Conference of the Parties*) -, que são os encontros que acontecem regularmente entre os países signatários de cada convenção. Enquanto a COP do Clima teve sua 27ª edição em 2022 (por isso COP 27), a COP da Biodiversidade está em sua 15ª edição (COP 15) e acontece em Montreal (Canadá) entre os dias 7 e 19 de dezembro.

O mundo está perdendo sua biodiversidade de forma acelerada. De acordo com o *Living Planet Report*, estudo bienal realizado pela *World Wide Fund for Nature* (WWF), houve uma queda de 69% nas populações de animais selvagens nas últimas quatro décadas. Entre as principais causas dessa perda estão a destruição de habitats, desmatamento de espécies nativas das florestas, caça e superexploração de recursos.

Esse é o cenário por trás das discussões em Montreal, que contam com representantes de 200 países, entre eles o Brasil. O país esteve envolvido na agenda da biodiversidade desde seu início, pós ECO 92. “A Convenção da Diversidade Biológica da ONU, a CDB, surgiu bastante impulsionada por países megadiversos como o Brasil que, à época, exerceram pressão para que entre os acordos da ECO 92 também fosse contemplada a repartição de benefícios pelo acesso e uso dos recursos da biodiversidade”, explica Henry de Novion, consultor do Instituto Arapyaú especializado em *Digital Sequence Information* (DSI), que são os dados derivados de recursos genéticos da biodiversidade.

Dessa forma, os países e empresas que se beneficiaram de recursos genéticos da biodiversidade para desenvolvimento de fármacos e cosméticos, por exemplo, destinariam uma porcentagem de seus lucros com os produtos para que os países

megadiversos possam investir na conservação dos ecossistemas. O desenvolvimento de um mecanismo que estabeleça esse financiamento e o fluxo de recursos financeiros é um dos resultados esperados da COP 15.

O que se espera resolver em Montreal

Além do mecanismo de repartição de benefícios, a outra grande expectativa é que essa COP defina um novo Marco Global da Biodiversidade (*Global Biodiversity Framework*, da sigla em inglês GBF), com metas estratégicas até 2030. Essas metas deveriam ter sido definidas em 2020, já que são decenais, mas sofreram atraso devido à pandemia de covid-19, que inviabilizou a realização da COP 15 em 2020.

Espera-se que o GBF determine a necessidade de conservação de pelo menos 30% das áreas terrestres e marinhas até 2030. “Será preciso discutir como isso se dará por país, por exemplo, e como isso se concretizará em termos de financiamento para os megadiversos que promoverem a conservação das áreas”, explica de Novion.

Outros temas que farão parte das discussões da COP 15 são a biodiversidade de ilhas e de áreas protegidas, restauração florestal, agrobiodiversidade e mudanças climáticas.

O que o Brasil tem a ver com isso

Sendo um país megadiverso, que abriga 20% das espécies conhecidas no mundo, o Brasil pode ser beneficiado por acordos que envolvam repartição de benefícios relacionados à conservação de ecossistemas.

“Acordos internacionais nessa vertente são importantes para que recursos e financiamentos cheguem às comunidades que vivem na Amazônia, por exemplo, e que colaboram para manter a floresta em pé, conservando a biodiversidade”, diz Roberto Waack, presidente do Conselho do Instituto Arapyaú e cofundador da iniciativa Uma Concertação pela Amazônia, rede formada por 500 lideranças de diferentes setores que atuam por essa região.

Outros biomas brasileiros, como a Mata Atlântica, também têm potencial de se beneficiar dos recursos oriundos dos acordos internacionais. É da Mata Atlântica, lar de 72% dos brasileiros e onde se concentram 80% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, uma das boas iniciativas brasileiras que aliam conservação e produção a ser apresentada na COP 15.

“No sul da Bahia, pequenos produtores de cacau têm conciliado sua produção com a manutenção de árvores nativas, em um sistema conhecido como cabruca. Os benefícios em relação à manutenção da biodiversidade e dos recursos hídricos são

comprovados e seria um excelente estímulo à conservação revertê-los em pagamento adicional aos produtores”, diz Thais Ferraz, diretora institucional do Instituto Arapyaú. “O olhar sistêmico sobre uma cadeia produtiva é fundamental para se atuar com a perspectiva da sustentabilidade e da justiça social”, complementa.

Sobre a iniciativa Uma Concertação pela Amazônia

É uma rede com mais de 500 líderes criada em 2020 como um espaço democrático de debate para que diversas iniciativas que atuam em prol da região pudessem se encontrar, dialogar e ampliar o impacto de suas ações. Apartidária e plural, a iniciativa reúne representantes dos setores público e privado, academia, sociedade civil e imprensa, que se juntaram para buscar propostas e projetos para a floresta e as pessoas que vivem na região. Saiba mais em: concertacaoamazonia.com.br

Sobre o Instituto Arapyaú

O Arapyaú é uma instituição privada, apartidária e sem fins lucrativos, fundada em 2008 com o objetivo de promover o diálogo e a atuação em redes para a construção coletiva de soluções sustentáveis.

Por meio da articulação e mobilização de diferentes atores, buscamos um modelo de desenvolvimento sustentável em dois territórios principais, a Amazônia e o sul da Bahia, duas potências em biodiversidade. Saiba mais em: <https://arapyau.org.br/>